

2º SIMULADO - Analista Jurídico - MPSP

Tipo 1 - BRANCA

- Você recebeu sua folha de respostas e este caderno contendo 100 questões objetivas.
- Confira seus dados impressos na capa deste caderno e na folha de respostas.
- Quando for permitido abrir o caderno, verifique se está completo ou se apresenta imperfeições. Caso haja algum problema, informe ao fiscal da sala.
- Leia cuidadosamente todas as questões e escolha a resposta que você considera correta.
- Marque, na folha de respostas, com caneta de tinta azul ou preta, a letra correspondente à alternativa que você escolheu.
- A duração da prova é de 5 horas, já incluído o tempo para o preenchimento da folha de respostas.
- Só será permitida a saída definitiva da sala e do prédio após transcorrido 75% do tempo de duração da prova.
- Ao sair, você entregará ao fiscal a folha de respostas e este caderno, podendo levar apenas o rascunho de gabarito, localizado em sua carteira, para futura conferência.
- Até que você saia do prédio, todas as proibições e orientações continuam válidas.

AGUARDE A ORDEM DO FISCAL PARA ABRIR ESTE CADERNO DE QUESTÕES.

Nome do candidato

Prédio

Sala

Carteira

Inscrição

Leia o poema e responda as questões de 1 a 3

Desfile

Patifes sólidos. Muitos já exploram vossos mundos. Sem carências, e pouca pressa em aplicar suas brilhantes faculdades e sua experiência de vossas consciências. Que homens maduros! Olhos vidrados como noite de verão, vermelhos e negros, tricolores, aço salpicado de estrelas douradas; faces disformes, plúmbeas, pálidas, em brasa; rouquidões burlescas! os passos cruéis dos ouropéis! — Alguns são jovens, — mas como encarariam Querubim? — munidos de vozes medonhas e truques perigosos. São enviados amarrados pras cidades, fantasiados com um luxo que dá nojo. Oh! O mais violento Paraíso da careta furiosa! Nada comparável a seus Faquires e outra tantas teatrais bufoneiras. Em trajes improvisados com sabor de pesadelo, encenam litanias, tragédias de malandros e semideuses cheios de graça, como jamais foram a história ou as religiões. Chineses, Hotentotes, ciganos, otários, hienas, Moleques, velhas demências, demônios sinistros, misturam os modos populares, maternais, com poses e ternuras bestiais. Interpretariam peças novas, canções “para moças”. Mestres jograis, eles transformam o lugar e as pessoas, e usam a comédia magnética. Os olhos ardem, o sangue canta, ossos se dilatam, escorrem lágrimas e fitas de carmim. Sua folia ou seu terror dura um minuto, ou meses inteiros. Só eu tenho a chave desse desfile selvagem (Iluminuras – Arthur Rimbaud)

Questão 1

Após ler o poema responda a alternativa correta:

- (A) O autor quis exprimir toda sua pureza perante um determinado momento de sua vida, que foi participar de uma festa de carnaval.
- (B) O poema fala de uma época em que existia peças teatrais na rua e sendo assim, as pessoas faziam performances para seu público.
- (C) Iluminuras foi um poema banido em sua época por conter trechos pornográficos.
- (D) Arthur Rimbaud exprime todo seu amor pelo Carnaval ao revelar o poema ao mundo.
- (E) Este poema de Rimbaud exprime de forma decadente o Carnaval. Como era visto a festa em sua época.

Questão 2

Assinale a alternativa que contém a substituição das palavras em negrito por sinônimos

“**Patifes** sólidos. Muitos já exploram vossos mundos. Sem **carências**, e pouca pressa em aplicar suas brilhantes faculdades e sua experiência de vossas consciências. Que homens **maduros!**”

- (A) Idiota / ideias / compridores
- (B) Biltres / nudezes / atilados
- (C) Pulhas / pensar / atenciosos
- (D) Safado / obstante / prudente
- (E) Verme / ideias / ponderado

Questão 3

Segundo um estudo morfológico da língua portuguesa, as palavras podem ser analisadas e catalogadas em dez classes de palavras ou classes gramaticais distintas, sendo elas: substantivo, artigo, adjetivo, pronome, numeral, verbo, advérbio, preposição, conjunção e interjeição. Leia o trecho abaixo e assinale a alternativa que contenha **conjunções subordinativas adverbiais comparativas**

“Olhos vidrados como noite de verão, vermelhos e negros, tricolores, aço salpicado de estrelas douradas; faces disformes, plúmbeas, pálidas, em brasa; rouquidões burlescas! os passos cruéis dos ouropéis! — Alguns são jovens, — mas como encarariam Querubim? — munidos de vozes medonhas e truques perigosos.”

- (A) “munidos de vozes medonhas e truques perigosos.”
- (B) “Olhos vidrados como noite de verão, vermelhos e negros, tricolores, aço salpicado de estrelas douradas; faces disformes, plúmbeas, pálidas, em brasa (...).”
- (C) “faces disformes, plúmbeas, pálidas, em brasa”
- (D) “(...) faces disformes, plúmbeas, pálidas, em brasa; rouquidões burlescas!”
- (E) “Alguns são jovens, — mas como encarariam Querubim?”

Questão 4

Nos vícios de linguagem encontramos uma gama de situações em que podemos cometer algum erro. Pensando nisso, marque a alternativa **que não contém nenhum vício de linguagem**:

- (A) O Luiz estava lá no campinho e encarou de frente o Robson. Ele tem muita sorte de não ter um olho roxo.
- (B) Filho, compraremos-te uma bicicleta no Natal.
- (C) Ele deteu sua vontade de beijar aquela menina.
- (D) Essa saia suja é da Suzana.
- (E) Voltei do mercado agora e havia muitas frutas estragadas.

Questão 5

As regras ortográficas têm como base características etimológicas e fonológicas da língua portuguesa, encontrando-se convencionadas em acordos ortográficos. Sendo assim, assinale a alternativa correta que contenha nesta ordem: **dígrafo / encontro consonantal / formas variantes**:

- (A) Lhama / Blateração / Azálea
- (B) Câimbra / Ambulância / Garagem
- (C) Bombom / Tom / Cupom
- (D) Louro / Maquilagem / Neblina
- (E) Mãe / Escrivães / Completar

Questão 6

Assinale a alternativa **incorreta** no uso do XC.

- (A) Excrutínio
- (B) Exclusivismo
- (C) Excluído
- (D) Hiperexcitabilidade
- (E) Excursionismo

Questão 7

A colocação pronominal nas locuções verbais difere caso o verbo principal esteja no particípio ou no gerúndio e infinitivo. Sendo assim, analise as frases abaixo e assinale a alternativa que contém a próclise com o verbo principal no particípio.

- (A) Aquilo nos mostrou a felicidade.
- (B) Nunca esquecerei o que aconteceu no verão passado.
- (C) Tinham-me dito que você não era uma pessoa confiável.
- (D) Comprometer-se-iam mais facilmente se confiassem mais em você.
- (E) Ajudar-te-ei no que for necessário.

Questão 8

Com o novo acordo ortográfico, alguns acentos foram abolidos nas palavras paroxítonas, assinale a alternativa que corresponde as palavras paroxítonas que **não precisam mais de acentos**:

- (A) jiboia / europeia / humus / sotão / cadaver
- (B) paranoia / alcateia / plateia / heroico / magoo
- (C) geleia / voo / protons / juri / fizesseis / dolmen
- (D) feiura / hoquei / orfã / fenix / chapéu
- (E) perdoo / joia / cortex / bonus / impar

Questão 9

O inquérito policial será iniciado, nos crimes de ação penal pública condicionada:

- (A) De ofício;
- (B) Por requisição da autoridade judiciária;
- (C) Por requisição do Ministério Público
- (D) Por requerimento do ofendido ou daquele que tenha qualidade para representá-lo.
- (E) Por requisição da autoridade judiciária e também do Ministério Público.

Questão 10

Assinale a alternativa que não corresponda a uma das características do inquérito policial:

- (A) Procedimento escrito.
- (B) Procedimento indispensável.
- (C) Procedimento indisponível.
- (D) Procedimento obrigatório.
- (E) Procedimento dispensável.

Questão 11

Quanto ao arquivamento do inquérito policial, ocorrerá:

- (A) Por determinação da Autoridade Policial.
- (B) Por determinação do Promotor de Justiça.
- (C) Por determinação do Juiz.
- (D) Por determinação do Procurador-Geral.
- (E) Por requerimento da vítima.

Questão 12

Será admitida ação penal privada nos crimes de ação penal pública, quando:

- (A) Com a mera discordância da vítima com o arquivamento do inquérito policial.
- (B) Com a inércia do Ministério Público em oferecer a denúncia no prazo legal.
- (C) Com a mera demora do oferecimento da denúncia.
- (D) Com a mera demora do encerramento do inquérito policial.
- (E) Com a mera escolha da vítima

Questão 13

A, filha de B e C, casada, mãe de três filhos, dois deles maiores de 18 anos, foi vítima do crime de estupro, reconheceu seu agressor e ficou comprovada a autoria e materialidade, mas veio a falecer antes que pudesse dar início à ação penal. Dessa forma, é transmitida a legitimidade para propositura da ação penal:

- (A) Ao Ministério Público.
- (B) Ao seu cônjuge e aos filhos maiores, somente.
- (C) Aos filhos, somente.
- (D) Aos pais, aos filhos e ao cônjuge.
- (E) Não poderá propor a ação penal.

Questão 14

Quanto a ação civil *ex delicto*, assinale a alternativa correta.

- (A) Poderá ser intentada a ação civil *ex delicto* para promover a execução da reparação do dano, no juízo cível, após o trânsito em julgado da sentença condenatória.
- (B) Poderá ser intentada a ação civil *ex delicto* para promover a execução da reparação do dano, no juízo cível ou criminal, após o trânsito em julgado da sentença condenatória.
- (C) Não poderá ser intentada a ação civil *ex delicto* para promover a execução da reparação do dano, após a sentença absolutória que decidir que o fato imputado não constitui crime.
- (D) Não poderá ser intentada a ação civil *ex delicto* para promover a execução da reparação do dano, após o trânsito em julgado da sentença que declarar extinta a punibilidade.
- (E) Poderá ser intentada a ação civil *ex delicto* para promover a execução da reparação do dano, no juízo criminal, após o trânsito em julgado da sentença condenatória.

Questão 15

Quanta à fixação de competência, assinale a alternativa incorreta.

- (A) A competência será, em regra, determinada pelo lugar em que se consumar a infração, ou em que for praticado o último ato de execução.
- (B) Será determinada a competência jurisdicional o lugar da infração, o domicílio ou residência do réu, a natureza da infração, a distribuição, a conexão ou continência, a prevenção, a prerrogativa de função.
- (C) A competência será, salvo exceções, determinada pelo lugar em que se consumar a infração, ou em que for praticado o último ato de execução.
- (D) A competência sempre será determinada pelo domicílio ou residência do réu.
- (E) A competência será do lugar em que o crime, embora parcialmente, tenha produzido ou deveria produzir o resultado, tenha ocorrido o último ato de execução.

Questão 16

A competência será determinada pela conexão quando:

- (A) ocorrendo duas ou mais infrações, praticadas ao mesmo tempo por várias pessoas reunidas ou em concurso, embora diverso o tempo e o lugar, ou por várias pessoas, uma com as outras.
- (B) ocorrendo duas ou mais infrações, praticadas ao mesmo tempo por várias pessoas reunidas ou em concurso, se não diverso o tempo e o lugar, ou por várias pessoas, uma com as outras.
- (C) se as infrações foram praticadas para somente conseguir impunidade ou vantagem em relação a qualquer delas.
- (D) se duas ou mais pessoas forem acusadas pela mesma infração.
- (E) havendo a união dos processos pela conexão, não poderá o juiz, em hipótese alguma, separá-los.

Questão 17

São de competência do tribunal do júri julgar os crimes:

- (A) Dolosos contra a vida, tentados e consumados, e seus conexos.
- (B) Culposos ou dolosos contra a vida, tentados ou consumados, e seus conexos.
- (C) Dolosos contra a vida, consumados, e seus conexos.
- (D) Dolosos contra a vida, tentados e consumados.
- (E) Culposos contra a vida, consumados.

Questão 18

Quanto à competência pela prerrogativa de função, é correto afirmar que:

- (A) Ao STF competirá, privativamente, processar e julgar os crimes comuns cometidos por seus ministros, os ministros de Estado, salvo nos crimes conexos com o Presidente da República, o Procurador-Geral da República, os desembargadores dos Tribunais de Apelação, os ministros do Tribunal de Contas e os embaixadores e ministros diplomáticos nos crimes comuns e de responsabilidade.
- (B) Ao STF competirá, privativamente, processar e julgar os crimes comuns cometidos por seus ministros, os ministros de Estado, salvo nos crimes conexos com o Presidente da República, o Procurador-Geral da República, os desembargadores dos Tribunais de Apelação, os juízes federais, os ministros do Tribunal de Contas e os embaixadores e ministros diplomáticos nos crimes comuns e de responsabilidade.
- (C) Ao STF competirá, privativamente, processar e julgar os crimes comuns cometidos por seus ministros, os ministros de Estado, salvo nos crimes conexos com o Presidente da República, o Procurador-Geral da República, os desembargadores dos Tribunais de Apelação, os ministros do Tribunal de Contas e os embaixadores e ministros diplomáticos nos crimes comuns.
- (D) Ao STF competirá, privativamente, processar e julgar os crimes comuns cometidos por seus ministros, os ministros de Estado, salvo nos crimes conexos com o Presidente da República, o Procurador-Geral da República, os desembargadores dos Tribunais de Apelação, os ministros do Tribunal de Contas e os embaixadores e ministros diplomáticos nos crimes de responsabilidade.
- (E) Ao STF competirá, privativamente, processar e julgar os crimes comuns cometidos por seus ministros, os ministros de Estado, salvo nos crimes conexos com o Presidente da República, os desembargadores dos Tribunais de Apelação, os ministros do Tribunal de Contas e os embaixadores e ministros diplomáticos nos crimes comuns e de responsabilidade.

Questão 19

Será admitida a decretação da prisão preventiva em qualquer fase de investigação policial ou do processo:

- (A) Pelo Juiz, somente, nos crimes dolosos punidos com pena privativa de liberdade máxima superior a quatro anos.
- (B) Pelo Juiz ou pelo Ministério Público, nos crimes dolosos punidos com pena privativa de liberdade máxima superior a quatro anos.
- (C) Pelo Ministério Público, nos crimes dolosos punidos com pena privativa de liberdade máxima superior a quatro anos.
- (D) Pelo Juiz, Ministério Público ou Autoridade Policial, nos crimes dolosos punidos com pena privativa de liberdade máxima superior a quatro anos.
- (E) Pelo Juiz, somente, em todos os crimes.

Questão 20

Brian O'Conner foi citado por edital para audiência no dia 27/08/2018, mas não compareceu à audiência marcada nem constituiu advogado para representa-lo na ação penal. Considerando os fatos narrados, assinale a alternativa correta. O juiz deverá suspender o processo, bem como o prazo prescricional, podendo determinar a prova antecipada das provas consideradas urgentes e, se for o caso, decretar a prisão preventiva de Brian O'Conner.

- (A) O juiz poderá suspender o processo e o prazo prescricional, determinar a prova antecipada das provas consideradas urgentes e deverá decretar a prisão preventiva de Brian O'Conner.
- (B) O juiz deverá suspender o processo e o prazo prescricional, determinar a prova antecipada das provas consideradas urgentes e não poderá decretar a prisão preventiva de Brian O'Conner.
- (C) O juiz deverá suspender o processo, mas não o prazo prescricional, determinar a prova antecipada das provas consideradas urgentes e não poderá decretar a prisão preventiva de Brian O'Conner.
- (D) O juiz deverá suspender o processo, mas não o prazo prescricional, determinar a prova antecipada das provas consideradas urgentes e deverá decretar a prisão preventiva de Brian O'Conner.

Questão 21

Acerca da Lei 8.137/1990, que define crimes contra a ordem tributária, econômica e contra as relações de consumo, e dá outras providências, assinale a alternativa correta:

- (A) Constitui crime contra a ordem econômica, abusar do poder econômico, dominando o mercado ou eliminando, total ou parcialmente, a concorrência mediante ajuste ou acordo de empresas.
- (B) Quem, de qualquer modo, excluída a hipótese de pessoa jurídica, concorre para os crimes definidos nesta lei, incide nas penas a estes cominadas, na medida de sua culpabilidade.
- (C) Constitui crime funcional contra a ordem tributária, abusar do poder econômico, dominando o mercado ou eliminando, total ou parcialmente, a concorrência mediante qualquer forma de ajuste ou acordo de empresas.
- (D) Quando a venda ao consumidor for efetuada por sistema de entrega ao consumo ou por intermédio de outro em que o preço ao consumidor é estabelecido ou sugerido pelo fabricante ou concedente, o ato por este praticado, alcança o distribuidor e revendedor.
- (E) extraviar livro oficial, processo fiscal ou qualquer documento, de que tenha a guarda em razão da função; sonégá-lo, ou inutilizá-lo, total ou parcialmente, acarretando pagamento indevido ou inexato de tributo ou contribuição social, constitui crime funcional contra a ordem tributária.

Questão 22

Acerca da Lei 13.344/2016, assinale a alternativa correta:

- (A) No exterior, a assistência imediata a vítimas brasileiras estará a cargo da rede consular brasileira e será prestada dependendo da situação migratória, ocupação ou outro status, da vítima.
- (B) A atenção às vítimas dar-se-á com a interrupção da situação de exploração ou violência, a sua reinserção social, a garantia de facilitação do acesso à educação, à cultura, à formação profissional e ao trabalho e, no caso de crianças e adolescentes, a busca de sua reinserção familiar e comunitária.
- (C) O enfrentamento ao tráfico de pessoas compreende somente a prevenção e a repressão desse delito.
- (D) A assistência à saúde prevista na legislação compreende somente a recuperação física do usuário.
- (E) Ao Poder Público é vedado a criação de sistema de informações visando à coleta e à gestão de dados que orientem o enfrentamento ao tráfico de pessoas.

Questão 23

Nos termos do Código Penal, considera-se funcionário público, para efeitos penais:

- (A) quem somente de modo efetivo embora sem renumeração, exerce cargo, emprego, ou função pública.
- (B) quem embora transitoriamente, mas com renumeração, exerce cargo, emprego ou função pública.
- (C) quem, embora transitoriamente ou sem remuneração, exerce cargo, emprego ou função pública.
- (D) quem de modo efetivo e com renumeração exerce cargo, emprego ou função pública.
- (E) quem embora transitoriamente, mas com renumeração, exerce função pública.

Questão 24

Acerca do crime de falsa identidade, assinale a alternativa correta:

- (A) tem por objeto de tutela a administração pública.
- (B) é punível somente a título de culpa.
- (C) pune-se com detenção e multa, se o fato não constitui elemento de crime mais grave.
- (D) pune-se com detenção ou multa, se o fato não constitui elemento de crime mais grave.
- (E) pune-se com reclusão e multa, se o fato não constitui elemento de crime mais grave.

Questão 25

A conduta de falsificar, fabricando-a ou alterando-a, moeda metálica ou papel-moeda de curso legal no país ou no estrangeiro, tem como bem jurídico tutelado a

- (A) idoneidade de documento público.
- (B) idoneidade de sinal público.
- (C) fé pública
- (D) administração pública
- (E) a incolumidade pública

Questão 26

Solicitar ou receber, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida, ou aceitar promessa de tal vantagem, trata-se do crime de:

- (A) concussão
- (B) corrupção ativa
- (C) prevaricação
- (D) condescendência criminosa
- (E) corrupção passiva

Questão 27

Dentre os crimes abaixo, aquele que não está inserido no capítulo referente aos crimes contra a administração da justiça é:

- (A) Reingresso de estrangeiro expulso
- (B) Denúncia caluniosa
- (C) Comunicação falsa de crime ou de contravenção
- (D) Sonegação de contribuição previdenciária
- (E) Autoacusação falsa

Questão 28

Assinale a alternativa incorreta de acordo com o Código Penal:

- (A) Desprezam-se, nas penas privativas de liberdade e nas restritivas de direitos, as frações de dia, e, na pena de multa, as frações de cruzeiro.
- (B) Considera-se praticado o crime no momento da ação ou omissão, ainda que outro seja o momento do resultado.
- (C) As regras gerais deste Código aplicam-se aos fatos incriminados por lei especial, mesmo que esta dispuser de modo diverso.
- (D) A sentença estrangeira, quando a aplicação da lei brasileira produz na espécie as mesmas consequências, pode ser homologada no Brasil para obrigar o condenado à reparação do dano, a restituições e a outros efeitos civis.
- (E) Considera-se praticado o crime no lugar em que ocorreu a ação ou omissão, no todo ou em parte, bem como onde se produziu ou deveria produzir-se o resultado.

Questão 29

Mário com o dolo de matar sua mãe acaba matando sua esposa, tendo em vista que ambas se encontravam na mesma cama, quando do momento do crime, acerca do que dispõe o Código Penal, assinale a alternativa correta:

- (A) Mário será isento de pena.
- (B) CERTA. Mário responderá pelo crime de homicídio com incidência da agravante, prevista no art. 61, "e".
- (C) Mário responderá pelo crime de homicídio simples.
- (D) Mário responderá pelo crime de feminicídio.
- (E) Mário responderá pelo homicídio culposo.

Questão 30

Ficam sujeitos a lei brasileira, embora cometidos no estrangeiro, os crimes, EXCETO:

- (A) contra o patrimônio ou a fé pública da União, do Distrito Federal, de Estado, de Território, de Município, de empresa pública, sociedade de economia mista, autarquia ou fundação instituída pelo Poder Público
- (B) contra a administração pública e privada, por quem está a seu serviço
- (C) de genocídio, quando o agente for brasileiro ou domiciliado no Brasil
- (D) praticados em aeronaves ou embarcações brasileiras, mercantes ou de propriedade privada, quando em território estrangeiro e aí não sejam julgados.
- (E) contra a vida ou a liberdade do Presidente da República

Questão 31

Paulo, reincidente no crime de furto, subtraiu da casa de Helena um televisor, sem emprego de violência. Chegando em sua casa, motivado pela sua esposa, acaba Paulo, devolvendo o objeto furtado. Considerando que o agente devolveu a *res furtiva*, antes do recebimento da denúncia, assinale a alternativa correta:

- (A) Paulo será isento de pena, uma vez que a seu caso, será aplicado o instituto do arrependimento posterior.
- (B) Paulo terá sua pena reduzida de um a dois terços.
- (C) Paulo não se beneficiará do instituto do arrependimento do posterior, uma vez que é reincidente.
- (D) Paulo será isento de pena, uma vez que a seu caso será aplicado o instituto da desistência voluntária.
- (E) Paulo terá sua pena reduzida até um sexto.

Questão 32

Acerca das penas privativas de liberdade, assinale a alternativa incorreta:

- (A) No regime aberto o condenado deverá, fora do estabelecimento e sem vigilância, trabalhar, frequentar curso ou exercer outra atividade autorizada, permanecendo recolhido durante o período noturno e nos dias de folga.
- (B) O condenado será transferido do regime aberto, se praticar fato definido como crime doloso, se frustrar os fins da execução ou se, podendo, não pagar a multa cumulativamente aplicada.
- (C) O preso conserva todos os direitos não atingidos pela perda da liberdade, impondo-se a todas as autoridades o respeito à sua integridade física e moral.
- (D) A pena de reclusão deve ser cumprida em regime fechado, semiaberto ou aberto. A de detenção, em regime semiaberto, ou aberto, salvo necessidade de transferência a regime fechado.
- (E) No regime semiaberto o trabalho externo é admissível, mas não a frequência a cursos supletivos profissionalizantes, de instrução de segundo grau ou superior.

Questão 33

Assinale a alternativa correta:

- (A) O conceito de administração pública, em seu aspecto orgânico, designa a própria função administrativa que é exercida pelo Poder Legislativo.
- (B) a Administração Pública, sob o enfoque funcional, é representada pelos agentes públicos e seus bens.
- (C) A administração pública, seja esta direta ou indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá ao princípio da moralidade.
- (D) o direito administrativo é um sub-ramo do direito público, se subordinando a este.
- (E) os costumes não constituem fonte do direito administrativo, visto que a administração pública deve obediência estrita ao princípio da legalidade.

Questão 34

Quanto às disposições gerais da Constituição Federal, acerca da Administração Pública, assinale a alternativa correta.

- (A) Somente a administração direta deverá obedecer ao princípio da moralidade.
- (B) Somente a administração tributária da União, atividade essencial ao funcionamento do Estado, exercida por servidores de carreiras específicas, terá recursos prioritários para a realização de suas atividades e atuação de forma integrada, inclusive com o compartilhamento de cadastros e de informações fiscais, na forma da lei ou convênio.
- (C) somente por lei específica poderá ser criada autarquia e autorizada a instituição de empresa pública, de sociedade de economia mista e de fundação, cabendo à lei orgânica, neste último caso, definir as áreas de sua atuação;
- (D) a investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração;
- (E) A publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos deverá ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, dela podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos.

Questão 35

Acerca da Lei 8.987/1995, que dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos previsto no art. 175 da Constituição Federal, e dá outras providências, assinale a alternativa correta:

- (A) Considerar-se-á desclassificada a proposta que, para sua viabilização, necessite de vantagens ou subsídios que não estejam previamente autorizados em lei e à disposição de todos os concorrentes.
- (B) somente aos interessados será assegurado a obtenção de certidão sobre atos, contratos, decisões ou pareceres relativos à licitação ou às próprias concessões.
- (C) É facultado ao poder concedente, mesmo que não previsto no edital, no interesse do serviço a ser concedido, determinar que o licitante vencedor, no caso de consórcio, se constitua em empresa antes da celebração do contrato.
- (D) No julgamento da licitação será considerado obrigatoriamente, melhor proposta em razão da combinação dos critérios de menor valor da tarifa do serviço público a ser prestado com o de melhor técnica e melhor oferta de pagamento pela outorga após qualificação de propostas técnicas.
- (E) não se considerará desclassificada a proposta de entidade estatal alheia à esfera político-administrativa do poder concedente que, para sua viabilização, necessite de vantagens ou subsídios do poder público controlador da referida entidade.

Questão 36

Acerca do contrato de concessão, assinale a alternativa incorreta:

- (A) Nos contratos de financiamento, as concessionárias poderão oferecer em garantia os direitos emergentes da concessão, até o limite que não comprometa a operacionalização e a continuidade da prestação do serviço.
- (B) O contrato de concessão não poderá prever o emprego de mecanismos privados para resolução de disputas decorrentes ou relacionadas ao contrato, inclusive a arbitragem, a ser realizada no Brasil e em língua portuguesa,
- (C) Incumbe à concessionária a execução do serviço concedido, cabendo-lhe responder por todos os prejuízos causados ao poder concedente, aos usuários ou a terceiros, sem que a fiscalização exercida pelo órgão competente exclua ou atenuie essa responsabilidade.
- (D) A execução das atividades contratadas com terceiros pressupõe o cumprimento das normas regulamentares da modalidade do serviço concedido.
- (E) É admitida a subconcessão, nos termos previstos no contrato de concessão, desde que expressamente autorizada pelo poder concedente.

Questão 37

Acerca da intervenção do Estado na propriedade, assinale a alternativa correta:

- (A) A desapropriação por interesse social, aplicável ao imóvel rural que não cumpra sua função social, importa prévia e justa indenização em dinheiro.
- (B) Na aquisição por compra e venda ou na arrematação judicial de imóveis rurais destinados à implementação de projetos integrantes do Programa Nacional de Reforma Agrária, o pagamento não poderá ser feito em dinheiro.
- (C) no caso de iminente perigo público, a autoridade competente poderá usar de propriedade particular, assegurada ao proprietário indenização ulterior, se houver dano;
- (D) Os bens públicos não contemplam a hipótese de tombamento.
- (E) Os bens do domínio da União poderão ser desapropriados pelos Estados, mas, em qualquer caso, ao ato deverá preceder autorização legislativa.

Questão 38

De acordo com a Lei n.º 8.112/1990, assinale a alternativa correta:

- (A) é proibido ao servidor manter sob sua chefia imediata, em cargo ou função de confiança, cônjuge, companheiro ou parente até o terceiro grau civil.
- (B) é dever do servidor levar as irregularidades de que tiver ciência em razão do cargo ao conhecimento da autoridade superior ou, quando houver suspeita de envolvimento desta, ao conhecimento de outra autoridade competente para apuração.
- (C) é direito do servidor retirar qualquer documento ou objeto da repartição, sendo dispensável a anuência da autoridade competente
- (D) Em nenhuma hipótese o servidor não poderá exercer mais de um cargo em comissão.
- (E) A responsabilidade civil decorre somente de ato comissivo, doloso ou culposo, que resulte em prejuízo ao erário ou a terceiros.

Questão 39

Constitui abuso de autoridade qualquer atentado, EXCETO:

- (A) à liberdade de locomoção.
- (B) à inviolabilidade do domicílio.
- (C) à liberdade de associação.
- (D) ao direito de reunião.
- e) à incolumidade moral do civil.

Questão 40

Acerca das Penalidades elencadas na Lei 8.112/1990, assinale a alternativa correta:

- (A) Na aplicação das penalidades serão consideradas a natureza e a gravidade da infração cometida, os danos que dela provierem para o serviço público, as circunstâncias agravantes ou atenuantes e os antecedentes funcionais.
- (B) A suspensão será aplicada em caso de reincidência das faltas punidas com advertência e de violação das demais proibições que não tipifiquem infração sujeita a penalidade de demissão, não podendo exceder 100 (cem) dias.
- (C) O cancelamento da penalidade surte efeitos retroativos.
- (D) As penalidades disciplinares serão aplicadas, somente pelo Procurador-Geral da República, quando se tratar de demissão e cassação de aposentadoria ou disponibilidade de servidor vinculado ao respectivo Poder, órgão, ou entidade.
- (E) O prazo de prescrição começa a correr da data em que o ilícito ocorreu.

Questão 41

Acerca da perda e da suspensão do poder familiar, assinale a alternativa correta

- (A) O procedimento para a perda ou a suspensão do poder familiar terá início somente por provocação do Ministério Público.
- (B) Havendo motivo grave, poderá a autoridade judiciária, ouvido o Ministério Público, decretar a suspensão do poder familiar, liminar ou incidentalmente, até o julgamento definitivo da causa, ficando a criança ou adolescente em casa de abrigo, mediante termo de responsabilidade.
- (C) Na hipótese de os genitores encontrarem-se em local incerto ou não sabido, serão citados por edital no prazo de 10 (dez) dias, em publicação única, sendo indispensável o envio de ofícios para a localização.
- (D) Quando o procedimento de destituição de poder familiar for iniciado pelo Ministério Público, haverá necessidade de nomeação de curador especial em favor da criança ou adolescente.
- (E) Se o requerido não tiver possibilidade de constituir advogado, sem prejuízo do próprio sustento e de sua família, poderá requerer, em cartório, que lhe seja nomeado dativo, ao qual incumbirá a apresentação de resposta, contando-se o prazo a partir da intimação do despacho de nomeação.

Questão 42

Acerca da apuração de ato infracional atribuído a adolescente, assinale a alternativa correta:

- (A) Se o adolescente, devidamente notificado, não comparecer, injustificadamente à audiência de apresentação, a autoridade judiciária determinará sua condução coercitiva, de imediato, para que este compareça no dia marcado.
- (B) Recaindo a intimação na pessoa do adolescente, deverá o Ministério Público recorrer da sentença.
- (C) O advogado constituído ou o defensor nomeado, no prazo de três dias contado da audiência de apresentação, deverá oferecer somente a defesa prévia.
- (D) Sendo o adolescente liberado, a autoridade policial encaminhará imediatamente ao representante do Ministério Público cópia do auto de apreensão ou boletim de ocorrência.
- (E) O prazo para a conclusão do procedimento, estando o adolescente internado provisoriamente, será de quarenta e cinco dias, prorrogável por igual período,

Questão 43

Acerca das medidas de proteção e também àquelas específicas assinale a alternativa incorreta, em conformidade com o Estatuto da Criança e do Adolescente:

- (A) Na aplicação das medidas levar-se-ão em conta as necessidades pedagógicas, preferindo-se aquelas que visem ao fortalecimento primário dos vínculos familiares e subsidiariamente os comunitários.
- (B) São gratuitas, a qualquer tempo, a averbação requerida do reconhecimento de paternidade no assento de nascimento e a certidão correspondente.
- (C) Os registros e certidões necessários à inclusão, a qualquer tempo, do nome do pai no assento de nascimento são isentos de multas, custas e emolumentos, gozando de absoluta prioridade.
- (D) As medidas de proteção à criança e ao adolescente são aplicáveis sempre que os direitos reconhecidos nesta Lei forem ameaçados ou violados, por ação ou omissão da sociedade ou do Estado.
- (E) O acolhimento institucional e o acolhimento familiar são medidas provisórias e excepcionais, utilizáveis como forma de transição para reintegração familiar ou, não sendo esta possível, para colocação em família substituta, não implicando privação de liberdade.

Questão 44

São atribuições do Conselho Tutelar, EXCETO:

- (A) promover a execução de suas decisões, podendo para tanto, requisitar serviços públicos nas áreas de saúde, educação, serviço social, previdência, trabalho e segurança.
- (B) requisitar certidões de nascimento e de óbito de criança ou adolescente quando necessário.
- (C) assessorar o Poder Executivo Nacional na elaboração da proposta orçamentária para planos e programas de atendimento dos direitos da criança e do adolescente
- (D) promover e incentivar, na comunidade e nos grupos profissionais, ações de divulgação e treinamento para o reconhecimento de sintomas de maus-tratos em crianças e adolescentes.
- (E) representar ao Ministério Público para efeito das ações de perda ou suspensão do poder familiar, após esgotadas as possibilidades de manutenção da criança ou do adolescente junto à família natural.

Questão 45

Acerca do acesso a justiça, assinale a alternativa correta:

- (A) qualquer notícia a respeito do fato não poderá identificar a criança ou adolescente, vedando-se fotografia, referência a nome, apelido, filiação, parentesco, residência e, somente, iniciais do nome e sobrenome.
- (B) é pública a divulgação de atos judiciais, policiais e administrativos que digam respeito a crianças e adolescentes a que se atribua autoria de ato infracional.
- (C) Cabe ao Poder Judiciário, na elaboração de sua proposta orçamentária, prever recursos para manutenção de equipe interprofissional, destinada a assessorar a Justiça da Infância e da Juventude.
- (D) Nos casos de ato infracional, será competente a autoridade do lugar de domicílio do menor, observadas as regras de conexão, continência e prevenção.
- (E) As ações judiciais da competência da Justiça da Infância e da Juventude não são isentas de custas e emolumentos.

Questão 46

Assinale a alternativa correta de acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente:

- (A) Considera-se criança, para os efeitos desta Lei, a pessoa até doze anos de idade completos, e adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade.
- (B) Na interpretação desta Lei levar-se-ão em conta os fins sociais a que ela se dirige, as exigências do bem comum, os direitos e deveres individuais e coletivos, e a condição peculiar da criança e do adolescente como pessoas em desenvolvimento.
- (C) Somente o poder público e as instituições propiciarão condições adequadas ao aleitamento materno, inclusive aos filhos de mães submetidas a medida privativa de liberdade.
- (D) Nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido somente na forma da lei qualquer atentado comissivo, aos seus direitos fundamentais.
- (E) Incumbe a sociedade civil garantir, à gestante e à mulher com filho na primeira infância que se encontrem sob custódia em unidade de privação de liberdade, ambiência que atenda às normas sanitárias e assistenciais do Sistema Único de Saúde para o acolhimento do filho, em articulação com o sistema de ensino competente, visando ao desenvolvimento integral da criança.

Questão 47

Em conformidade com a Lei de Introdução as Normas do Direito Brasileiro, assinale a alternativa correta:

- (A) Salvo disposição contrária, a lei começa a vigorar em todo o país noventa dias depois de oficialmente publicada.
- (B) A lei do país em que residente a pessoa determina as regras sobre o começo e o fim da personalidade, o nome, a capacidade e os direitos de família.
- (C) Quando a lei for omissa, o juiz não decidirá o caso de acordo com os costumes do local, por violação ao princípio da legalidade.
- (D) O regime de bens, legal ou convencional, obedece à lei do país em que tiverem os nubentes domicílio, e, se este for diverso, a do último domicílio conjugal.
- (E) As organizações destinadas a fins de interesse coletivo, como as sociedades e as fundações, obedecem à lei do Estado em que se constituírem.

Questão 48

São pessoas jurídicas de direito privado, EXCETO:

- (A) as associações.
- (B) as autarquias, inclusive as associações públicas.
- (C) as sociedades.
- (D) os partidos políticos.
- (E) as empresas individuais de responsabilidade limitada.

Questão 49

Acerca da Lei n. 4.591/1964, que dispõe sobre o condomínio em edificações e as incorporações imobiliárias, assinale a alternativa incorreta:

- (A) Nas incorporações em que a construção seja feita pelo regime de empreitada, esta poderá ser a preço fixo, ou a preço reajustável por índices previamente determinados.
- (B) A construção de imóveis, objeto de incorporação nos moldes previstos nesta Lei poderá ser contratada sob o regime de empreitada ou de administração conforme adiante definidos e poderá estar incluída no contrato com o incorporador (VETADO), ou ser contratada diretamente entre os adquirentes e o construtor.
- (C) Na empreitada a preço fixo, o preço da construção poderá ser reajustável, dependendo das variações que sofrer o custo efetivo das obras e qualquer que sejam suas causas.
- (D) Nas incorporações em que a construção for contratada pelo regime de administração, também chamado "a preço de custo", será de responsabilidade dos proprietários ou adquirentes o pagamento do custo integral de obra.
- (E) As revisões da estimativa de custo da obra serão efetuadas, pelo menos semestralmente, em comum entre a Comissão de Representantes e o construtor. O contrato poderá estipular que, em função das necessidades da obra sejam alteráveis os esquemas de contribuições quanto ao total, ao número, ao valor e à distribuição no tempo das prestações.

Questão 50

Acerca do negócio jurídico, assinale a alternativa correta:

- (A) Nas declarações de vontade se atenderá mais ao sentido literal da linguagem.
- (B) A incapacidade relativa de uma das partes não pode ser invocada pela outra em benefício próprio, nem aproveita aos co-interessados capazes, em nenhuma hipótese.
- (C) A manifestação de vontade não se o seu autor haja feito a reserva mental de não querer o que manifestou, salvo se dela o destinatário tinha conhecimento.
- (D) No negócio jurídico celebrado com a cláusula de não valer sem instrumento público, este é da substância do ato.
- (E) A impossibilidade inicial do objeto invalida o negócio jurídico mesmo que relativa.

Questão 51

Acerca da invalidade do negócio jurídico, assinale a alternativa correta:

- (A) É anulável o negócio jurídico simulado, mas subsistirá o que se dissimulou, se válido for na substância e na forma.
- (B) O negócio jurídico nulo não é suscetível de confirmação, mas convalesce pelo decurso do tempo.
- (C) O negócio anulável pode ser confirmado pelas partes, incluído direito de terceiro.
- (D) A anulabilidade não tem efeito antes de julgada por sentença, nem se pronuncia de ofício; só os interessados a podem alegar, e aproveita exclusivamente aos que a alegarem, inclusive no caso de solidariedade ou indivisibilidade.
- (E) Respeitada a intenção das partes, a invalidade parcial de um negócio jurídico não o prejudicará na parte válida, se esta for separável; a invalidade da obrigação principal implica a das obrigações acessórias, mas a destas não induz a da obrigação principal.

Questão 52

Acerca da aquisição da propriedade móvel, assinale a alternativa correta:

- (A) Se a posse da coisa móvel se prolongar por cinco anos, produzirá usucapião, sendo indispensável o título ou boa fé.
- (B) Aquele que possuir coisa móvel como sua, contínua e incontestadamente durante cinco anos, com justo título e boa-fé, adquirir-lhe-á a propriedade.
- (C) O depósito antigo de coisas preciosas, oculto e de cujo dono não haja memória, será dividido por igual entre o proprietário do prédio e o que achar o tesouro casualmente.
- (D) A propriedade das coisas se transfere pelos negócios jurídicos antes da tradição
- (E) As coisas pertencentes a diversos donos, confundidas, misturadas ou adjuntadas sem o consentimento deles, continuam a pertencer-lhes, sendo impossível separá-las sem deterioração.

Questão 53

Acerca do usufruto, assinale a alternativa correta:

- (A) O usufrutuário tem direito somente à posse, uso e administração.
- (B) Quando o usufruto recai em títulos de crédito, o usufrutuário tem direito a perceber os frutos e a cobrar as respectivas dívidas.
- (C) É obrigado à caução o doador que se reservar o usufruto da coisa doada.
- (D) Tanto os frutos civis, vencidos na data inicial do usufruto, quanto os vencidos na data em que cessa o usufruto, pertencem ao usufrutuário.
- (E) O usufrutuário é obrigado a pagar as deteriorações resultantes do exercício regular do usufruto.

Questão 54

Assinale a alternativa correta:

- (A) é anulável o registro civil do casamento religioso se, antes dele, qualquer dos consorciados houver contraído com outrem casamento civil.
- (B) O casamento se realiza no momento em que o homem e a mulher manifestam, perante o juiz, a sua vontade de estabelecer vínculo conjugal, e o juiz os declara casados.
- (C) O casamento religioso, que atender às exigências da lei para a validade do casamento civil, equipara-se a este, desde que registrado no registro próprio, produzindo efeitos a partir da data de registro.
- (D) É defeso somente a pessoa, de direito público, interferir na comunhão de vida instituída pela família
- (E) O homem e a mulher com dezesseis anos podem casar, exigindo-se autorização somente de um dos pais, ou de seus representantes legais, enquanto não atingida a maioridade civil.

Questão 55

Assinale a alternativa correta, acerca da jurisdição e da ação:

- (A) Ninguém poderá pleitear direito alheio em nome próprio, em nenhuma hipótese.
- (B) É admissível a ação meramente declaratória, salvo se tiver ocorrido a violação do direito.
- (C) Havendo substituição processual, o substituído não poderá intervir como assistente litisconsorcial.
- (D) Para postular em juízo é necessário ter interesse, legitimidade, não podendo o advogado postular em causa própria.
- (E) O interesse do autor pode limitar-se à declaração, da existência, da inexistência ou do modo de ser de uma relação jurídica.

Questão 56

Assinale a alternativa correta, de acordo com o Código de Processo Civil:

- (A) A incompetência relativa pode ser alegada, somente pela parte interessada.
- (B) Sem qualquer exceção, o juiz que não acolher a competência declinada deverá suscitar o conflito.
- (C) Salvo decisão judicial em sentido contrário, conservar-se-ão os efeitos de decisão proferida pelo juízo incompetente até que outra seja proferida, se for o caso, pelo juízo competente.
- (D) A incompetência absoluta pode ser alegada em qualquer tempo e grau de jurisdição não podendo ser declarada de ofício.
- (E) A competência relativa poderá ser alegada em qualquer fase do processo.

Questão 57

No que tange a gratuidade da justiça, assinale a alternativa correta:

- (A) Somente a pessoa natural ou jurídica, brasileira, com insuficiência de recursos para pagar as custas, as despesas processuais e os honorários advocatícios tem direito à gratuidade da justiça, na forma da lei.
- (B) A concessão de gratuidade afasta o dever de o beneficiário pagar, ao final, as multas processuais que lhe sejam impostas.
- (C) Contra a decisão que indeferir a gratuidade ou a que acolher pedido de sua revogação caberá apelação, exceto quando a questão for resolvida na sentença, contra a qual caberá agravo de instrumento.
- (D) Confirmada a denegação ou a revogação da gratuidade, o relator ou o órgão colegiado determinará ao recorrente o recolhimento das custas processuais, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de não conhecimento do recurso.
- (E) Deferido o pedido, a parte contrária poderá oferecer impugnação na contestação, na réplica, nas contrarrazões de recurso ou, nos casos de pedido superveniente ou formulado por terceiro, por meio de petição simples, a ser apresentada no prazo de 15 (quinze) dias, nos autos do próprio processo, sem suspensão de seu curso.

Questão 58

Acerca da intervenção de terceiros, assinale a alternativa correta:

- (A) Considera-se litisconsorte da parte principal o assistente sempre que a sentença influir na relação jurídica entre ele e o adversário do assistido.
- (B) O assistente simples atuará como auxiliar da parte principal, exercerá os mesmos poderes, todavia não sujeitar-se-á aos mesmos ônus processuais que o assistido.
- (C) A assistência simples não obsta a que a parte principal reconheça a procedência do pedido, desista da ação, renuncie ao direito sobre o que se funda a ação, mas obsta que transija sobre direitos controvertidos.
- (D) No chamamento ao processo a citação daqueles que devam figurar em litisconsórcio passivo será requerida pelo réu na contestação e deve ser promovida no prazo de 60 (sessenta) dias, sob pena de ficar sem efeito o chamamento.
- (E) O amicus curiae não pode recorrer da decisão que julgar o incidente de resolução de demandas repetitivas.

Questão 59

Acerca da Revelia, assinale a alternativa correta:

- (A) O revel somente poderá intervir no processo antes da decisão do juiz, recebendo-o no estado em que se encontrar.
- (B) Se o réu não contestar a ação, será considerado revel e presumir-se-ão verdadeiras as alegações de fato formuladas pelo autor, se o litígio versar sobre direitos indisponíveis.
- (C) Os prazos contra o revel que não tenha patrono nos autos fluirão da data de publicação do ato decisório no órgão oficial.
- (D) Se o réu não contestar a ação, será considerado revel e presumir-se-ão verdadeiras as alegações de fato formuladas pelo autor a petição inicial não estiver acompanhada de instrumento que a lei considere indispensável à prova do ato.
- (E) A revelia ainda produzirá seus efeitos, caso o réu não contestar a ação, mesmo que as alegações de fato formuladas pelo autor forem inverossímeis ou estiverem em contradição com prova constante dos autos.

Questão 60

No que diz respeito a prova documental, assinale a alternativa correta:

- (A) as certidões textuais de qualquer peça dos autos, do protocolo das audiências ou de outro livro a cargo do escrivão ou do chefe de secretaria, se extraídas por ele ou sob sua vigilância e por ele subscritas, não fazem a mesma prova que os originais.
- (B) A cópia de documento particular não tem o mesmo valor probante que o original, cabendo ao escrivão, intimadas as partes, proceder à conferência e certificar a conformidade entre a cópia e o original.
- (C) O documento feito por oficial público incompetente ou sem a observância das formalidades legais, ainda que subscrito pelas partes, não tem a mesma eficácia probatória do documento particular.
- (D) O telegrama, o radiograma ou qualquer outro meio de transmissão tem a mesma força probatória do documento particular se o original constante da estação expedidora tiver sido assinado pelo remetente.
- (E) A nota escrita pelo credor em qualquer parte de documento representativo de obrigação, se não assinada, não faz prova em benefício do devedor.

Questão 61

Acerca do Recurso de Apelação, assinale a alternativa correta:

- (A) As questões de fato não propostas no juízo inferior não poderão ser suscitadas na apelação, em nenhuma hipótese.
- (B) O apelado será intimado para apresentar contrarrazões no prazo de 05 (cinco) dias.
- (C) Se o apelado interpuser apelação adesiva, o juiz intimará o apelante para apresentar contrarrazões.
- (D) A apelação terá efeito interruptivo.
- (E) Quando reformar sentença que reconheça a decadência ou a prescrição, o tribunal, determinará o retorno do processo ao juízo de primeiro grau.

Questão 62

Acerca dos embargos de declaração, assinale a alternativa INCORRETA:

- (A) Os embargos de declaração possuem efeito suspensivo e suspendem o prazo para a interposição de recurso.
- (B) Consideram-se incluídos no acórdão os elementos que o embargante suscitou, para fins de pré-questionamento, ainda que os embargos de declaração sejam inadmitidos ou rejeitados, caso o tribunal superior considere existentes erro, omissão, contradição ou obscuridade.
- (C) Não serão admitidos novos embargos de declaração se os 2 (dois) anteriores houverem sido considerados protelatórios.
- (D) Os embargos serão opostos, no prazo de 5 (cinco) dias, em petição dirigida ao juiz, com indicação do erro, obscuridade, contradição ou omissão, e não se sujeitam a preparo.
- (E) Quando manifestamente protelatórios os embargos de declaração, o juiz ou o tribunal, em decisão fundamentada, condenará o embargante a pagar ao embargado multa não excedente a dois por cento sobre o valor atualizado da causa.

Questão 63

Assinale a alternativa correta, acerca dos crimes em espécies, previstos na Lei 11.101/2005:

- (A) No crime de violação de sigilo empresarial, somente se incrimina o ato de divulgar, sem justa causa, sigilo empresarial ou dados confidenciais sobre operações ou serviços, contribuindo para a condução do devedor a estado de inviabilidade econômica ou financeira.
- (B) É crime de omissão dos documentos contábeis obrigatórios: “Deixar de elaborar, escriturar ou autenticar, antes ou depois da sentença que decretar a falência, conceder a recuperação judicial ou homologar o plano de recuperação extrajudicial, os documentos de escrituração contábil obrigatórios.”
- (C) Somente pode ser sujeito ativo do crime de violação de impedimento, o juiz, o membro do Ministério Público, o administrador judicial, o gestor judicial, o perito e o avaliador.
- (D) Não comete o crime de favorecimento de credores, o credor que, em conluio, possa beneficiar-se da prática, antes ou depois da sentença que decretar a falência, conceder a recuperação judicial ou homologar plano de recuperação extrajudicial, ato de disposição ou oneração patrimonial ou gerador de obrigação, destinado a favorecer um ou mais credores em prejuízo dos demais.
- (E) No crime de habilitação ilegal de crédito, pune-se também a título de culpa.

Questão 64

Acerca da sociedade, em conformidade com o Código Civil, assinale a alternativa correta:

- (A) Na sociedade em comum, os sócios, nas relações entre si ou com terceiros, somente por escrito podem provar a existência da sociedade, bem como os terceiros.
- (B) Na sociedade em conta de participação o contrato social produz efeito somente entre os sócios, e a eventual inscrição de seu instrumento em qualquer registro confere personalidade jurídica à sociedade.
- (C) Na sociedade em conta de participação o sócio participante pode tomar parte nas relações do sócio ostensivo com terceiros, sendo isento de qualquer responsabilidade.
- (D) Na sociedade em conta de participação, a atividade constitutiva do objeto social é exercida unicamente pelo sócio ostensivo, em seu nome individual e sob sua própria e exclusiva responsabilidade, participando os demais dos resultados correspondentes.
- (E) Na sociedade simples também é eficaz em relação a terceiros qualquer pacto separado, contrário ao disposto no instrumento do contrato.

Questão 65

Na sociedade limitada, a responsabilidade de cada sócio é:

- (A) restrita ao valor de suas quotas, assim como sua responsabilidade pela integralização do capital social.
- (B) é solidária assim como sua responsabilidade pela integralização do capital social.
- (C) restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.
- (D) solidária desde que o capital não tenha sido integralizado.
- (E) restrita ao valor de suas quotas, e podendo ser solidária em relação a integralização do capital social, caso esteja estipulado no contrato.

Questão 66

Considera-se empresário:

- (A) quem exerce profissionalmente atividade econômica organizada para a produção ou a circulação de bens ou de serviços.
- (B) quem exerce profissão intelectual, de natureza científica, literária ou artística, ainda com o concurso de auxiliares ou colaboradores, salvo se o exercício da profissão constituir elemento de empresa.
- (C) quem exerce profissão intelectual, de natureza científica, literária ou artística, com o concurso de auxiliares ou colaboradores.
- (D) empresário quem exerce profissionalmente atividade econômica organizada somente para a produção de bens ou de serviços.
- (E) empresário quem exerce profissionalmente atividade econômica organizada somente para a circulação de bens ou de serviços.

Questão 67

São órgãos de execução do Ministério Público, EXCETO:

- (A) o Procurador-Geral de Justiça
- (B) os Procuradores de Justiça
- (C) os Promotores de Justiça
- (D) os Centros de Apoio Operacional
- (E) o Conselho Superior do Ministério Público

Questão 68

Ao Conselho Superior do Ministério Público compete:

- (A) requisitar ao Procurador-Geral a edição de recomendações, sem caráter vinculativo, aos órgãos do Ministério Público para o desempenho de suas funções e a adoção de medidas convenientes ao aprimoramento dos serviços.
- (B) eleger, na forma de Lei Complementar, os membros do Ministério Público que integrarão a Comissão de Concurso de ingresso na carreira.
- (C) decidir sobre vitaliciamento de membros do Ministério Público.
- (D) indicar ao Procurador-Geral de Justiça, em lista dupla, os candidatos a remoção ou promoção por merecimento.
- (E) determinar por voto de dois terços de seus integrantes a disponibilidade ou remoção de membros do Ministério Público, por interesse público, excluída a ampla defesa.

Questão 69

Assinale a alternativa correta:

- (A) é permitida na forma de lei a criação de mais de uma organização sindical, em qualquer grau, representativa de categoria profissional ou econômica, na mesma base territorial, que será definida pelos trabalhadores ou empregadores interessados, não podendo ser inferior à área de um Município.
- (B) Nas empresas de mais de duzentos empregados, é assegurada a eleição de um representante destes com a finalidade exclusiva de promover-lhes o entendimento direto com os empregadores.
- (C) é facultativa a participação dos sindicatos nas negociações coletivas de trabalho
- (D) é vedada a dispensa do empregado sindicalizado a partir do registro da candidatura a cargo de direção ou representação sindical e, se eleito, ainda que suplente, até dois após o final do mandato, salvo se cometer falta grave nos termos da lei.
- (E) a lei poderá exigir autorização do Estado para a fundação de sindicato, ressalvado o registro no órgão competente.

Questão 70

Assinale a alternativa correta, acerca dos direitos políticos, previstos na Constituição Federal:

- (A) São inelegíveis, no território de jurisdição do titular, o cônjuge e os parentes consanguíneos ou afins, até o segundo grau ou por adoção, do Presidente da República, de Governador de Estado ou Território, do Distrito Federal, de Prefeito ou de quem os haja substituído dentro dos seis meses anteriores ao pleito, salvo se já titular de mandato eletivo e candidato à reeleição.
- (B) O Presidente da República, os Governadores de Estado e do Distrito Federal, os Prefeitos e quem os houver sucedido, ou substituído no curso dos mandatos poderão ser reeleitos por dois período subsequente.
- (C) O alistamento eleitoral e o voto são obrigatórios para os maiores de dezesseis anos.
- (D) Para concorrerem a outros cargos, o Presidente da República, os Governadores de Estado e do Distrito Federal e os Prefeitos devem renunciar aos respectivos mandatos até três meses antes do pleito.
- (E) O mandato eletivo poderá ser impugnado ante a Justiça Eleitoral no prazo de vinte dias contados da diplomação, instruída a ação com provas de abuso do poder econômico, corrupção ou fraude.

Questão 71

Compete privativamente à União legislar sobre:

- (A) juntas comerciais.
- (B) comércio exterior e interestadual.
- (C) direito tributário, financeiro, penitenciário, econômico e urbanístico.
- (D) proteção ao patrimônio histórico, cultural, artístico, turístico e paisagístico.
- (E) responsabilidade por dano ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico.

Questão 72

Compete privativamente ao Presidente da República, EXCETO:

- (A) sancionar, promulgar e fazer publicar as leis, bem como expedir decretos e regulamentos para sua fiel execução.
- (B) convocar e presidir o Conselho da República e o Conselho de Defesa Nacional.
- (C) exercer o comando supremo das Forças Armadas, nomear os Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica, promover seus oficiais-generais e nomeá-los para os cargos que lhes são privativos.
- (D) declarar guerra, no caso de agressão estrangeira, autorizado pelo Congresso Nacional ou referendado por ele, quando ocorrida no intervalo das sessões legislativas, e, nas mesmas condições, decretar, total ou parcialmente, a mobilização nacional.
- (E) expedir instruções para a execução das leis, decretos e regulamentos

Questão 73

Acerca do Supremo Tribunal Federal, assinale a alternativa correta:

- (A) O Supremo Tribunal Federal compõe-se de onze Ministros, escolhidos dentre cidadãos com mais de trinta e menos de sessenta e cinco anos de idade, de notável saber jurídico e reputação ilibada.
- (B) Os Ministros do Supremo Tribunal Federal serão nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada a escolha pela maioria absoluta do Senado Federal.
- (C) No recurso extraordinário o recorrente deverá demonstrar a repercussão geral das questões constitucionais discutidas no caso, nos termos da lei, a fim de que o Tribunal examine a admissão do recurso, somente podendo recusá-lo pela manifestação de metade de seus membros.
- (D) As decisões definitivas de mérito, proferidas pelo Supremo Tribunal Federal, nas ações diretas de inconstitucionalidade e nas ações declaratórias de constitucionalidade produzirão eficácia contra todos e efeito vinculante, relativamente aos demais órgãos do Poder Judiciário e à administração pública direta e indireta, nas esferas federal, estadual e municipal.
- (E) Quando o Supremo Tribunal Federal apreciar a inconstitucionalidade, em tese, de norma legal ou ato normativo, citará, previamente, o Procurador Geral, que defenderá o ato ou texto impugnado

Questão 74

Acerca dos Tribunais Regionais Federais e dos Juízes Federais, assinale a alternativa incorreta:

- (A) A lei disciplinará a remoção ou a permuta de juízes dos Tribunais Regionais Federais e determinará sua jurisdição e sede.
- (B) Os Tribunais Regionais Federais instalarão a justiça itinerante, com a realização de audiências e demais funções da atividade jurisdicional, nos limites territoriais da respectiva jurisdição, servindo-se de equipamentos públicos e comunitários.
- (C) Cada Estado, bem como o Distrito Federal, constituirá de duas seções judiciárias que terão por sede a respectiva Capital e a maior cidade do Estado, e varas localizadas segundo o estabelecido em lei.
- (D) Os Tribunais Regionais Federais poderão funcionar descentralizadamente, constituindo Câmaras regionais, a fim de assegurar o pleno acesso do jurisdicionado à justiça em todas as fases do processo.
- (E) Os Tribunais Regionais Federais compõem-se de, no mínimo, sete juízes, recrutados, quando possível, na respectiva região e nomeados pelo Presidente da República dentre brasileiros com mais de trinta e menos de sessenta e cinco anos, sendo, um quinto dentre advogados com mais de dez anos de efetiva atividade profissional e membros do Ministério Público Federal com mais de dez anos de carreira.

Questão 75

Acerca do Ministério Público, assinale a alternativa correta:

- (A) O Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis e disponíveis.
- (B) O Ministério Público da União tem por chefe o Procurador-Geral da República, nomeado pelo Ministro da Justiça dentre integrantes da carreira, maiores de trinta e cinco anos, após a aprovação de seu nome pela maioria absoluta dos membros do Senado Federal, para mandato de dois anos, permitida a recondução.
- (C) As funções do Ministério Público só podem ser exercidas por integrantes da carreira, que deverão residir na comarca da respectiva lotação, sem nenhuma exceção.
- (D) A destituição do Procurador-Geral da República, por iniciativa do Presidente da República, deverá ser precedida de autorização de maioria simples do Senado Federal.
- (E) O ingresso na carreira do Ministério Público far-se-á mediante concurso público de provas e títulos, assegurada a participação da Ordem dos Advogados do Brasil em sua realização, exigindo-se do bacharel em direito, no mínimo, três anos de atividade jurídica e observando-se, nas nomeações, a ordem de classificação.

Questão 76

Os Ministros do Superior Tribunal de Justiça serão nomeados pelo Presidente da República, dentre brasileiros com mais de trinta e cinco e menos de sessenta e cinco anos, de notável saber jurídico e reputação ilibada, depois de aprovada a escolha pela maioria absoluta do Senado Federal, sendo:

- (A) dois terços dentre juízes dos Tribunais Regionais Federais e um terço dentre desembargadores dos Tribunais de Justiça, indicados em lista tríplice elaborada pelo próprio Tribunal.
- (B) um terço dentre juízes dos Tribunais Regionais Federais e um terço dentre desembargadores dos Tribunais de Justiça, indicados em lista tríplice elaborada pelo próprio Tribunal.
- (C) um terço dentre juízes dos Tribunais Regionais Federais e dois terços dentre desembargadores dos Tribunais de Justiça, indicados em lista tríplice elaborada pelo próprio Tribunal.
- (D) três quintos dentre juízes dos Tribunais Regionais Federais e um terço dentre desembargadores dos Tribunais de Justiça, indicados em lista tríplice elaborada pelo próprio Tribunal.
- (E) um terço dentre juízes dos Tribunais Regionais Federais e três quintos dentre desembargadores dos Tribunais de Justiça, indicados em lista tríplice elaborada pelo próprio Tribunal;

Questão 77

São órgãos da Justiça Eleitoral, EXCETO:

- (A) o Tribunal Superior Eleitoral, com sede na capital da República e jurisdição em todo o país.
- (B) um Tribunal Regional, na capital de cada estado, no Distrito Federal e, mediante proposta do Tribunal Superior, na capital de território.
- (C) juntas eleitorais.
- (D) juízes eleitorais.
- (E) ministério Público Eleitoral.

Questão 78

Acerca das impugnações e dos Recursos, assinale a alternativa correta:

- (A) À medida que os votos forem sendo apurados, poderão os fiscais e delegados de partido, assim como os candidatos, apresentar impugnações que serão decididas de plano pelo Tribunal Regional Federal.
- (B) As Juntas decidirão por maioria de votos as impugnações. De suas decisões cabe recurso imediato, interposto verbalmente ou por escrito, que deverá ser fundamentado no prazo de 24 (vinte e quatro horas) horas para que tenha seguimento.
- (C) Das impugnações da Junta não cabe recurso.
- (D) Caberá recurso contra a apuração, mesmo que não tiver havido impugnação perante a Junta, no ato apuração, contra as nulidades argüidas.
- (E) Os recursos serão instruídos de ofício, com certidão da decisão recorrida; se interpostos verbalmente, constará também da certidão o trecho correspondente do boletim.

Questão 79

Acerca dos recursos eleitorais, assinale a alternativa correta:

- (A) Os recursos eleitorais tem efeito suspensivo.
- (B) A distribuição do primeiro recurso que chegar ao Tribunal Regional ou Tribunal Superior, preverá a competência do relator para todos os demais casos do mesmo município ou Estado.
- (C) Sempre que a lei não fixar prazo especial, o recurso deverá ser interposto em cinco dias da publicação do ato, resolução ou despacho.
- (D) Para os Tribunais Regionais e para o Tribunal Superior caberá, dentro de 05 (cinco) dias, recurso dos atos, resoluções ou despachos dos respectivos presidentes.
- (E) São preclusivos os prazos para interposição de recurso, mesmo que neste dia se discuta matéria constitucional.

Questão 80

Acerca do processo das infrações previstas no Código Eleitoral, assinale a alternativa correta:

- (A) Verificada a infração penal, o Ministério Público oferecerá a denúncia dentro do prazo de 05 (cinco) dias.
- (B) As infrações penais previstas neste Código se procedem mediante queixa.
- (C) Das decisões finais de condenação ou absolvição cabe recurso para o Tribunal Superior Eleitoral, a ser interposto no prazo de 10 (dez) dias.
- (D) No processo e julgamento dos crimes eleitorais e dos comuns que lhes forem conexos, assim como nos recursos e na execução, que lhes digam respeito, aplicar-se-á, como lei subsidiária ou supletiva, o Código de Processo Civil.
- (E) Recebida a denúncia, o juiz designará dia e hora para o depoimento pessoal do acusado, ordenando a citação deste e a notificação do Ministério Público.

Questão 81

O direito a um ambiente ecologicamente equilibrado pertence a:

- (A) primeira dimensão de direitos humanos
- (B) primeira e segunda dimensão de direitos humanos
- (C) terceira dimensão de direitos humanos
- (D) segunda dimensão de direitos humanos
- (E) quarta geração de direitos humanos

Questão 82

Acerca da Lei 10.216/2001, assinale a alternativa INCORRETA:

- (A) A internação voluntária ou involuntária somente será autorizada por médico devidamente registrado no Conselho Regional de Medicina - CRM do Estado onde se localize o estabelecimento.
- (B) A pessoa que solicita voluntariamente sua internação, ou que a consente, deve assinar, no momento da admissão, uma declaração de que optou por esse regime de tratamento.
- (C) A internação compulsória é determinada, de acordo com a legislação vigente, pelo juiz competente, que levará em conta as condições de segurança do estabelecimento, quanto à salvação do paciente, dos demais internados e funcionários.
- (D) É vedada a pesquisa em face do doente mental, mesmo com o consentimento deste.
- (E) A internação psiquiátrica somente será realizada mediante laudo médico circunstanciado que caracterize os seus motivos.

Questão 83

A competência do Tribunal Penal Internacional restringir-se-á aos crimes mais graves, que afetam a comunidade internacional no seu conjunto. Nos termos do presente Estatuto, o Tribunal terá competência para julgar os seguintes crimes, EXCETO:

- (A) crime de genocídio
- (B) crime contra a humanidade
- (C) crime de religião
- (D) crime de agressão
- (E) crime de guerra

Questão 84

Em conformidade com a Convenção Interamericana de Direitos Humanos, assinale a alternativa correta:

- (A) Toda pessoa tem o direito de que se respeite sua vida. Esse direito deve ser protegido pela lei e, em geral, desde o momento do nascimento. Ninguém pode ser privado da vida arbitrariamente.
- (B) A pena de morte poderá se aplicada por delitos políticos.
- (C) Os menores, quando puderem ser processados, devem ser separados dos adultos e conduzidos a tribunal especializado, com a maior rapidez possível, para seu tratamento.
- (D) Toda pessoa tem direito à liberdade e à segurança pessoais, excluídos os condenados a pena de morte
- (E) Ninguém deve ser detido por dívidas, incluindo os mandados de autoridade judiciária competente expedidos em virtude de inadimplemento de obrigação alimentar.

Questão 85

O Tribunal Superior, julgou neste dia 03 de Setembro de 2018, o recurso da coligação O Povo Feliz de Novo, composta pelo PT, PCdoB e PROS, que tem o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva como candidato à presidência e o ex-prefeito de São Paulo Fernando Haddad como vice.

Uol, 2018. Disponível em: < <https://noticias.uol.com.br/politica/eleicoes/2018/noticias/2018/08/28/tse-nega-pedido-para-obrigar-cobertura-de-lula-em-telejornais.htm>>

O presidente do Tribunal e o ministro responsável pela ordem, são respectivamente:

- (A) Ministro Luiz Fux e Sergio Banhos
- (B) Ministra Rosa Weber e Sergio Banhos
- (C) Ministro Luís Roberto Barroso e Sergio Banhos
- (D) Ministra Rosa Weber e Ministro Luís Roberto Barroso
- (E) Sergio Banhos e Rosa Weber

Questão 86

Determinado museu de grande importância do acervo histórico do país foi destruído por um incêndio, neste domingo à noite (2) por um incêndio de grandes proporções.

Isto é, 2018: Disponível em: <https://istoe.com.br/museu-nacional-do-rio-de-janeiro-o-maior-museu-de-historia-natural-da-america-latina/>

O nome do Museu, a cidade onde está localizado e o governador do Estado onde está localizado, são respectivamente:

- (A) Museu Nacional do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Luiz Fernando Pezão.
- (B) Museu da História Nacional do Brasil, Rio de Janeiro, Anthony Garotinho.
- (C) Museu Nacional da Cidade do Rio de Janeiro, Luiz Fernando Pezão.
- (D) Museu Nacional do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Luiz Fernando Pezão.
- (E) Museu Nacional do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Marcelo Crivella.

Questão 87

Recentemente país da América, tomou medida contra a imigração irregular separando os pais de seus filhos.

O nome do País, do Presidente e a região do país, onde ocorreu o fato é:

- (A) Estados Unidos da América, Donald John Trump, Região Sul
- (B) Brasil, Michel Miguel Elias Temer Lulia, Região Norte
- (C) Estados Unidos da América, Donald Trump, Região Sul
- (D) Estados Unidos da América, Donald John Trump, Região Norte
- (E) Região Sul, Donald John Trump, Estados Unidos da América

Questão 88

O maior evento de futebol do mundo ocorreu esse ano, tendo por país sede, campeão mundial e vice- campeão, respectivamente:

- (A) Rússia, Croácia, França.
- (B) Rússia, França, Croácia
- (C) Brasil, Alemanha, Argentina.
- (D) França, Croácia, Rússia
- (E) Rússia, França, Brasil.

Questão 89

Acerca da ação popular, assinale a opção correta:

- (A) Somente o Ministério Público, e os lesionados será parte legítima para pleitear a anulação ou a declaração de nulidade de atos lesivos ao patrimônio da União, do Distrito Federal, dos Estados, dos Municípios, de entidades autárquicas e de sociedades de economia mista.
- (B) Consideram-se patrimônio público para os fins de ação popular, somente os bens e direitos artístico, estético, histórico ou turístico.
- (C) Na defesa do patrimônio público não caberá a suspensão liminar do ato lesivo impugnado.
- (D) A sentença que, julgando procedente a ação popular, decretar a invalidade do ato impugnado, condenará ao pagamento de perdas e danos os responsáveis pela sua prática e os beneficiários dele, ressalvada a ação regressiva contra os funcionários causadores de dano, quando incorrerem em culpa.
- (E) Somente o cidadão lesionado poderá habilitar-se como litis-consorte ou assistente do autor da ação popular.

Questão 90

Assinale a alternativa correta:

- (A) É competência privativa da União, legislar sobre responsabilidade por dano ao consumidor.
- (B) Portaria determinará medidas para que os consumidores sejam esclarecidos acerca dos impostos que incidam sobre mercadorias e serviços.
- (C) A defesa do consumidor constitui princípio fundamental da República Federativa do Brasil.
- (D) A defesa do consumidor é um dos objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil.
- (E) Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre responsabilidade por dano ao consumidor.

Questão 91

Acerca da Desconsideração da Personalidade Jurídica, regulada no Código de Defesa do Consumidor, assinale a alternativa correta:

- (A) As sociedades coligadas respondem objetivamente.
- (B) As sociedades integrantes dos grupos societários e as sociedades controladas, não são responsáveis pelas obrigações impostas no Código de Defesa do Consumidor.
- (C) Também poderá ser desconsiderada a pessoa jurídica sempre que sua personalidade for, de alguma forma, obstáculo ao ressarcimento de prejuízos causados aos consumidores.
- (D) O juiz poderá desconsiderar a personalidade jurídica da sociedade, somente quando, em detrimento do consumidor, houver abuso de direito.
- (E) O juiz poderá desconsiderar a personalidade jurídica da sociedade, somente quando, em detrimento do consumidor, houver infração de Lei.

Questão 92

São princípios da Política Nacional do Meio Ambiente, EXCETO:

- (A) proteção de áreas ameaçadas de degradação
- (B) vedação de exploração das áreas degradadas
- (C) acompanhamento do estado da qualidade ambiental
- (D) controle e zoneamento das atividades potencial ou efetivamente poluidoras
- (E) incentivos ao estudo e à pesquisa de tecnologias orientadas para o uso racional e a proteção dos recursos ambientais

Questão 93

Assinale a alternativa correta, de acordo com o Estatuto do Idoso, acerca dos alimentos:

- (A) Os alimentos serão prestados ao idoso na forma da lei civil.
- (B) A obrigação alimentar incumbe aos filhos.
- (C) Se o idoso ou seus familiares não possuírem condições econômicas de prover o seu sustento, impõe-se ao Poder Público esse provimento, no âmbito da Justiça.
- (D) As transações relativas a alimentos somente poderão ser celebradas perante o Promotor de Justiça, que as referendará, e passarão a ter efeito de título executivo extrajudicial nos termos da lei processual civil.
- (E) Se o idoso ou seus familiares não possuírem condições econômicas de prover o seu sustento, impõe-se ao Poder Público esse provimento, no âmbito da Fazenda Pública.

Questão 94

Em conformidade com a Lei 13.146/2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), assinale a alternativa correta:

- (A) Compete a família garantir a dignidade da pessoa com deficiência ao longo de toda a vida.
- (B) é dispensável o consentimento prévio, livre e esclarecido da pessoa com deficiência para a realização de tratamento, procedimento, hospitalização e pesquisa científica.
- (C) A pessoa com deficiência somente será atendida sem seu consentimento prévio, livre e esclarecido em casos de dano à incolumidade pública, resguardado seu superior interesse e adotadas as salvaguardas legais cabíveis.
- (D) Em caso de pessoa com deficiência em situação de curatela, deve ser assegurada sua participação, no maior grau possível, para a obtenção de consentimento.
- (E) O consentimento da pessoa com deficiência em situação de curatela não poderá ser suprido, na forma da lei.

Questão 95

O direito de reclamar pelos vícios aparentes ou de fácil constatação caduca em:

- (A) trinta dias, tratando-se de fornecimento de serviço e de produtos não duráveis;
- (B) noventa dias, tratando-se de fornecimento de serviço e de produtos não duráveis;
- (C) cento e noventa dias, tratando-se de fornecimento de serviço e de produtos duráveis.
- (D) trinta dias, tratando-se de fornecimento de serviço e de produtos duráveis.
- (E) cento e noventa dias, tratando-se de fornecimento de serviço e de produtos duráveis.

Questão 96

Assinale a alternativa correta de acordo com a Lei 12.016/2009, que disciplina o mandado de segurança individual e coletivo e dá outras providências:

- (A) Cabe mandado de segurança contra os atos de gestão comercial praticados pelos administradores de empresas públicas, de sociedade de economia mista e de concessionárias de serviço público.
- (B) O direito de requerer mandado de segurança extingue-se após decorridos 120 (cento e vinte) dias, contados da ciência, pelo interessado, do ato impugnado.
- (C) Não é permitido impetrar mandado de segurança por telegrama, radiograma, fax ou outro meio eletrônico de autenticidade comprovada.
- (D) O mandado de segurança coletivo não induz litispendência para as ações individuais, mas os efeitos da coisa julgada não beneficiarão o impetrante a título individual se não requerer a desistência de seu mandado de segurança no prazo de 90 (noventa) dias a contar da ciência comprovada da impetração da segurança coletiva.
- (E) No mandado de segurança coletivo, a sentença não fará coisa julgada.

Questão 97

Para assegurar a efetividade do Direito ao Meio Ambiente, incumbe ao Poder Público, EXCETO:

- (A) preservar e restaurar os processos ecológicos essenciais e prover o manejo ecológico das espécies e ecossistemas
- (B) preservar a diversidade e a integridade do patrimônio genético do País e fiscalizar as entidades dedicadas à pesquisa e manipulação de material genético.
- (C) promover a educação ambiental em nível superior de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente.
- (D) proteger a fauna e a flora, vedadas, na forma da lei, as práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem a extinção de espécies ou submetam os animais a crueldade.
- (E) controlar a produção, a comercialização e o emprego de técnicas, métodos e substâncias que comportem risco para a vida, a qualidade de vida e o meio ambiente.

Questão 98

Acerca da responsabilidade pelo fato do produto e do serviço, assinale a alternativa correta:

- (A) o importador não será isento de responsabilidade mesmo que não tenha o produto no mercado, cabendo ação de regresso contra o verdadeiro importador.
- (B) O serviço é defeituoso quando adota de novas técnicas.
- (C) A responsabilidade pessoal dos profissionais liberais será apurada objetivamente.
- (D) O produto não é considerado defeituoso pelo fato de outro de melhor qualidade ter sido colocado no mercado.
- (E) O fornecedor de serviços responde, somente se existir culpa, pela reparação dos danos causados aos consumidores por defeitos relativos à prestação dos serviços, bem como por informações insuficientes ou inadequadas sobre sua fruição e riscos.

Questão 99

São sanções administrativas, previstas no Código de Defesa do Consumidor EXCETO:

- (A) apreensão do produto
- (B) cassação do registro do produto junto ao órgão competente
- (C) reparação do dano.
- (D) suspensão temporária de atividade.
- (E) intervenção administrativa

Questão 100

Acerca do regime de proteção das áreas de preservação permanente, prevista no Código Ambiental, assinale a alternativa incorreta:

- (A) A supressão de vegetação nativa protetora de nascentes, dunas e restingas somente poderá ser autorizada em caso de utilidade pública.
- (B) A vegetação situada em Área de Preservação Permanente deverá ser mantida pelo proprietário da área, possuidor ou ocupante a qualquer título, pessoa física ou jurídica, de direito público ou privado.
- (C) Mesmo em caráter de urgência de execução, de atividades de segurança nacional e obras de interesse da defesa civil destinadas à prevenção e mitigação de acidentes em áreas urbanas, é indispensável a autorização do órgão ambiental competente.
- (D) Não haverá, em qualquer hipótese, direito à regularização de futuras intervenções ou supressões de vegetação nativa, além das previstas nesta Lei.
- (E) É permitido o acesso de pessoas e animais às Áreas de Preservação Permanente para obtenção de água e para realização de atividades de baixo impacto ambiental.



INSTRUÇÕES SOBRE O SIMULADO E DIAGNÓSTICO

- Após o Simulado, insira os dados do gabarito em diagnostico.darlanbarroso.com.br
- A ferramenta de diagnóstico fará o cálculo de sua performance e apresentará uma sugestão de plano de estudo para a reta final da prova.
- No prazo previsto no cronograma, o aluno poderá interpor recurso contra as questões. Após o prazo, publicaremos o gabarito definitivo e os comentários (no próprio site darlanbarroso.com.br).
- O recurso deverá ser interposto via e-mail, para o prof. **Darlan Barroso** – professor@darlanbarroso.com.br (no assunto indicar “recurso simulado”).



CRONOGRAMA | EVENTOS

Prof. Darlan Barroso

professor@darlanbarroso.com.br

Insta: @darlanbarroso

Youtube: [profdarlanbarroso](https://www.youtube.com/channel/UCvDARLanBarroso)

Prof. Marco Antonio

Insta: @professormarcoantonio

Youtube: [marcoantonioaraujojunior](https://www.youtube.com/channel/UCmarcoantonioaraujojunior)